

Poupe e Realize

Resumo
Relatório Anual
2017

FUNDAÇÃO
ITAÚSA
INDUSTRIAL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

— BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO:

- DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
- DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
- DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO
- DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
- DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
- NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS





BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Ativo	2017			2016		
	Planos		Consolidado	Planos		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
Disponível	37	166	203	20	105	125
Realizável	242.894	2.462.771	2.705.665	242.534	2.311.790	2.554.324
Gestão Previdencial	-	2	2	-	-	-
Gestão Administrativa	120	177	297	165	136	301
Investimentos	242.774	2.462.592	2.705.366	242.369	2.311.654	2.554.023
Títulos Públicos (Nota 5b III)	-	610.823	610.823	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos (Nota 5b III)	-	90.336	90.336	416	78.377	78.793
Fundos de Investimento (Nota 5b III)	237.999	1.754.404	1.992.403	237.438	2.227.548	2.464.986
Empréstimos e Financiamentos (Nota 5b III)	-	7.029	7.029	-	5.729	5.729
Depósitos Judiciais/Recursais (Nota 5c)	4.775	-	4.775	4.515	-	4.515
Permanente	-	72	72	-	23	23
Imobilizado	-	26	26	-	19	19
Intangível	-	46	46	-	4	4
TOTAL DO ATIVO	242.931	2.463.009	2.705.940	242.554	2.311.918	2.554.472

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





Em milhares de reais

Passivo	2017			2016		
	Planos		Consolidado	Planos		Consolidado
	BD	PAI		BD	PAI	
Exigível Operacional (Nota 6)	689	2.040	2.729	784	1.712	2.496
Gestão Previdencial	441	903	1.344	430	785	1.215
Gestão Administrativa	139	984	1.123	190	788	978
Investimentos	109	153	262	164	139	303
Exigível Contingencial	4.227	-	4.227	4.017	-	4.017
Investimentos (Nota 7a)	4.227	-	4.227	4.017	-	4.017
Patrimônio Social	238.015	2.460.969	2.698.984	237.753	2.310.206	2.547.959
Patrimônio de Cobertura do Plano	196.380	1.722.372	1.918.752	204.998	1.631.162	1.836.160
Provisões Matemáticas (Nota 8b)	164.541	1.722.372	1.886.913	167.237	1.631.162	1.798.399
Benefícios Concedidos	145.034	393.126	538.160	145.557	344.225	489.782
Benefícios a Conceder	19.507	1.329.246	1.348.753	21.680	1.286.937	1.308.617
Equilíbrio Técnico	31.839	-	31.839	37.761	-	37.761
Resultados Realizados	31.839	-	31.839	37.761	-	37.761
Superávit Técnico Acumulado (Nota 9)	31.839	-	31.839	37.761	-	37.761
Reserva de Contingência	31.411	-	31.411	32.327	-	32.327
Reserva Especial	428	-	428	5.434	-	5.434
Fundos (Nota 10)	41.635	738.597	780.232	32.755	679.044	711.799
Fundos Previdenciais	41.425	736.474	777.899	32.567	676.710	709.277
Fundos Administrativos	210	2.123	2.333	188	2.334	2.522
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	242.931	2.463.009	2.705.940	242.554	2.311.918	2.554.472

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 – CONSOLIDADO

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.547.959	2.282.813	11,6%
1. Adições	319.961	391.399	-18,3%
(+) Contribuições Previdenciais	14.557	15.833	-8,1%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	300.259	370.324	-18,9%
(+) Receitas Administrativas	4.810	4.775	0,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	335	467	-28,3%
2. Destinações	(168.936)	(126.253)	33,8%
(-) Benefícios	(121.250)	(98.378)	23,2%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(42.352)	(22.672)	86,8%
(-) Despesas Administrativas	(5.313)	(5.172)	2,7%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(21)	(31)	-32,3%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	151.025	265.146	-43,0%
(+/-) Provisões Matemáticas	88.514	180.744	-51,0%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(5.922)	(14.233)	-58,4%
(+/-) Fundos Previdenciais	68.622	98.596	-30,4%
(+/-) Fundos Administrativos	(189)	39	-584,6%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.698.984	2.547.959	5,9%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 – PLANO BD

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	237.753	230.740	3,0%
1. Adições	33.185	45.906	-27,7%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.633	45.355	-28,0%
(+) Receitas Administrativas	531	521	1,9%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	21	30	-30,0%
2. Destinações	(32.923)	(38.893)	-15,3%
(-) Benefícios	(21.460)	(24.625)	-12,9%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(10.932)	(13.747)	79,5%
(-) Despesas Administrativas	(531)	(521)	1,9%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	262	7.013	-96,3%
(+/-) Provisões Matemáticas	(2.696)	13.452	-120,0%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(5.922)	(14.233)	-58,4%
(+/-) Fundos Previdenciais	8.858	7.764	14,1%
(+/-) Fundos Administrativos	22	30	-26,7%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	238.015	237.753	0,1%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 – PLANO PAI

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	2.310.206	2.052.073	12,6%
1. Adições	286.775	345.493	-17,0%
(+) Contribuições Previdenciais	14.557	15.833	-8,1%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	267.626	324.969	-17,6%
(+) Receitas Administrativas	4.278	4.254	0,6%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	314	437	-28,1%
2. Destinações	(136.012)	(87.360)	55,7%
(-) Benefícios	(99.790)	(73.753)	35,3%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(31.419)	(8.925)	252,0%
(-) Despesas Administrativas	(4.782)	(4.651)	2,8%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(21)	(31)	-32,3%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	150.763	258.133	-41,6%
(+/-) Provisões Matemáticas	91.210	167.292	-45,5%
(+/-) Fundos Previdenciais	59.764	90.832	-34,2%
(+/-) Fundos Administrativos	(211)	9	-2444,4%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.460.969	2.310.206	6,5%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - CONSOLIDADO

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.522	2.483	1,6%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.145	5.242	-1,9%
1.1. Receitas	5.145	5.242	-1,9%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.436	2.401	1,5%
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.348	2.351	-0,1%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	22	21	4,8%
Receitas Diretas	4	2	86,6%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	335	467	-28,3%
2. Despesas Administrativas	5.313	5.172	2,7%
2.1. Administração Previdencial	3.305	3.170	4,3%
Pessoal e Encargos	1.392	1.349	3,2%
Treinamentos/Congressos e Seminários	21	31	-32,3%
Viagens e Estadias	2	-	0,0%
Serviços de Terceiros	824	609	35,3%
Despesas Gerais	515	674	-23,6%
Depreciações e Amortizações	12	10	20,0%





Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Tributos	273	258	5,8%
Outras Despesas	266	239	11,3%
2.2. Administração dos Investimentos	2.008	2.002	0,3%
Pessoal e Encargos	901	895	0,7%
Treinamentos/Congressos e Seminários	14	21	-33,3%
Viagens e Estadias	1	2	-50,0%
Serviços de Terceiros	319	321	-0,6%
Despesas Gerais	771	763	1,0%
Outras Despesas	2	-	0,0%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(21)	(31)	-32,3%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	(189)	39	-585,3%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	(189)	39	-585,3%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.333	2.522	-7,5%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	188	158	19,0%
1. Custeio da Gestão Administrativa	553	551	0,4%
1.1. Receitas	553	551	0,4%
Custeio Administrativo dos Investimentos	532	521	2,1%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	21	30	-30,0%
2. Despesas Administrativas	531	521	1,9%
2.1. Administração Previdencial	340	349	-2,6%
2.1.1. Despesas Comuns	314	323	-2,8%
2.1.2. Despesas Específicas	26	26	0,0%
Tributos	26	26	0,0%
2.2. Administração dos Investimentos	191	172	11,0%
2.2.1. Despesas Comuns	141	126	11,9%
2.2.2. Despesas Específicas	50	46	8,7%
Despesas Gerais	50	46	8,7%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2)	22	30	-26,7%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	22	30	-26,7%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	210	188	11,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.334	2.325	0,4%
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.592	4.691	-2,1%
1.1. Receitas	4.592	4.691	-2,1%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.436	2.401	1,5%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.817	1.830	-0,7%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	21	21	0,0%
Receitas Diretas	4	2	100,0%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	314	437	-28,1%
2. Despesas Administrativas	4.782	4.651	2,8%
2.1. Administração Previdencial	2.966	2.821	5,1%
2.1.1. Despesas Comuns	2.706	2.458	10,1%
2.1.2. Despesas Específicas	260	363	-28,4%
Despesas Gerais	-	121	-100,0%
Depreciações e Amortizações	12	10	20,0%
Tributos	248	232	6,9%
2.2. Administração dos Investimentos	1.816	1.830	-0,8%
2.2.1. Despesas Comuns	1.332	1.401	-4,9%





Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
2.2.2. Despesas Específicas	484	429	12,8%
Despesas Gerais	484	429	12,8%
3. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(21)	(31)	-32,3%
4. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3)	(211)	9	-2444,4%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	(211)	9	-2444,4%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	2.123	2.334	-9,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	242.931	242.554	0,2%
Disponível	37	20	85,0%
Recebível	120	165	-27,1%
Investimento	242.774	242.369	0,2%
Créditos Privados e Depósitos	-	416	-100,0%
Fundos de Investimento	237.999	237.438	0,2%
Depósitos Judiciais/Rekursais	4.775	4.515	5,8%
2. Obrigações	4.916	4.801	2,4%
Operacional	689	784	-12,1%
Contingencial	4.227	4.017	5,2%
3. Fundos não Previdenciais	210	188	11,7%
Fundos Administrativos	210	188	11,7%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	237.805	237.565	0,1%
Provisões Matemáticas	164.541	167.237	-1,6%
Superávit Técnico	31.839	37.761	-15,7%
Fundos Previdenciais	41.425	32.567	27,2%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	31.839	37.761	-15,7%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	31.839	37.761	-15,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	2.463.009	2.311.918	6,5%
<i>Disponível</i>	166	105	58,1%
<i>Recebível</i>	179	136	31,6%
<i>Investimento</i>	2.462.592	2.311.654	6,5%
Títulos Públicos	610.823	-	0,00%
Créditos Privados e Depósitos	90.336	78.377	15,3%
Fundos de Investimento	1.754.404	2.227.548	-21,2%
Empréstimos e Financiamentos	7.029	5.729	22,7%
<i>Permanente</i>	72	23	213,0%
2. Obrigações	2.040	1.712	19,2%
Operacional	2.040	1.712	19,2%
3. Fundos não Previdenciais	2.123	2.334	-9,0%
Fundos Administrativos	2.123	2.334	-9,0%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.458.846	2.307.872	6,5%
Provisões Matemáticas	1.722.372	1.631.162	5,6%
Fundos Previdenciais	736.474	676.710	8,8%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.545.437	2.280.330	11,6%
1. Adições	317.252	388.558	-18,4%
(+) Contribuições	16.993	18.234	-6,8%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	300.259	370.324	-18,9%
2. Destinações	(166.038)	(123.451)	34,5%
(-) Benefícios	(121.250)	(98.378)	23,2%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(42.352)	(22.672)	86,8%
(-) Custeio Administrativo	(2.436)	(2.401)	1,5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	151.214	265.107	-43,0%
(+/-) Provisões Matemáticas	88.514	180.744	-51,0%
(+/-) Fundos Previdenciais	68.622	98.596	-30,4%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(5.922)	(14.233)	-58,4%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.696.651	2.545.437	5,9%
C) Fundos não Previdenciais	2.333	2.522	-7,5%
(+/-) Fundos Administrativos	2.333	2.522	-7,5%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	237.565	230.582	3,0%
1. Adições	32.633	45.355	-28,0%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	32.633	45.355	-28,0%
2. Destinações	(32.393)	(38.372)	-15,6%
(-) Benefícios	(21.460)	(24.625)	-12,9%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(10.933)	(13.747)	-20,5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	240	6.983	-96,6%
(+/-) Provisões Matemáticas	(2.696)	13.452	-120,0%
(+/-) Fundos Previdenciais	8.858	7.764	14,1%
(+/-) Déficit Técnico do Exercício	(5.922)	(14.233)	-58,4%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	237.805	237.565	0,1%
C) Fundos não Previdenciais	210	188	11,7%
(+/-) Fundos Administrativos	210	188	11,7%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	2.307.872	2.049.748	12,6%
1. Adições	284.619	343.203	-17,1%
(+) Contribuições	16.993	18.234	-6,8%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	267.626	324.969	-17,6%
2. Destinações	(133.645)	(85.079)	57,1%
(-) Benefícios	(99.790)	(73.753)	35,3%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(31.419)	(8.925)	252,0%
(-) Custeio Administrativo	(2.436)	(2.401)	1,5%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	150.974	258.124	-41,5%
(+/-) Provisões Matemáticas	91.210	167.292	-45,5%
(+/-) Fundos Previdenciais	59.764	90.832	-34,2%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.458.846	2.307.872	6,5%
C) Fundos não Previdenciais	2.123	2.334	-9,0%
(+/-) Fundos Administrativos	2.123	2.334	-9,0%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	242.582	242.176	0,2%
1. Provisões Matemáticas	164.541	167.237	-1,6%
1.1. Benefícios Concedidos	145.034	145.557	-0,4%
Benefício Definido	145.034	145.557	-0,4%
1.2. Benefício a Conceder	19.507	21.680	-10,0%
Benefício Definido	19.507	21.680	-10,0%
2. Equilíbrio Técnico	31.839	37.761	-15,7%
2.1. Resultados Realizados	31.839	37.761	-15,7%
Superávit Técnico Acumulado	31.839	37.761	-15,7%
Reserva de Contingência	31.411	32.327	-2,8%
Reserva para Revisão de Plano	428	5.434	-92,1%
3. Fundos	41.425	32.567	27,2%
3.1. Fundos Previdenciais	41.425	32.567	27,2%
4. Exigível Operacional	550	594	-7,4%
4.1. Gestão Previdencial	441	430	2,6%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	109	164	-33,5%
5. Exigível Contingencial	4.227	4.017	5,2%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.227	4.017	5,2%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO PAI

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em milhares de reais

Descrição	2017	2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 3 + 4)	2.459.902	2.308.796	6,5%
1. Provisões Matemáticas	1.722.372	1.631.162	5,6%
1.1. Benefícios Concedidos	393.126	344.225	14,2%
Contribuição Definida	393.126	344.225	14,2%
1.2. Benefício a Conceder	1.329.246	1.286.937	3,3%
Contribuição Definida	1.329.246	1.286.937	3,3%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora(s)/Instituidor(es)	787.104	769.873	2,2%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	542.142	517.064	4,9%
3. Fundos	736.474	676.710	8,8%
3.1. Fundos Previdenciais	736.474	676.710	8,8%
4. Exigível Operacional	1.056	924	14,3%
4.1. Gestão Previdencial	903	785	15,0%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	153	139	10,1%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

a. Constituição

A Fundação Itaúsa Industrial (“Fundação”), Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede na Av. Paulista, 1.938, 17º andar, Bela Vista, São Paulo, autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência Social pela Portaria nº 1.618, de 16 de novembro de 1994 com a denominação Aricanduva Previdência S/C, cuja razão social foi alterada para Fundação Itaúsa Industrial, conforme a Portaria da Secretaria de Previdência Complementar nº 862, de 18 de maio de 2001, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira de caráter não econômico e sem fins lucrativos, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional da Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo em reuniões realizadas nos dias 27 de fevereiro de 2018 e 05 de março de 2018, respectivamente.

b. Finalidade

A Fundação tem como objetivo a instituição, administração e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário nas formas disciplinadas em seu Estatuto Social, Regulamentos dos planos de benefícios e legislação vigente.





Os recursos para custeio dos planos de benefícios atualmente em vigor, Plano de Benefício Definido (“Plano BD”) e Plano de Benefícios de Contribuição Definida (“Plano PAI”), provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos das aplicações dessas contribuições nos ativos autorizados pelo órgão governamental competente.

O Plano BD, do tipo benefício definido, é um plano em extinção, assim considerado como aquele ao qual está vedado o acesso de novos participantes e tem por finalidade básica a concessão de benefício que, sob a forma de renda vitalícia, destina-se a complementar, nos termos de seu respectivo Regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social.

O Plano PAI, do tipo contribuição definida, tem por finalidade a concessão de benefício de caráter previdenciário na forma de renda mensal por tempo determinado, independente da concessão do benefício de aposentadoria pela Previdência Social, sendo que a renda mensal dos benefícios concedidos é apurada na data de concessão do benefício, com base no saldo de conta total, conforme Regulamento do Plano, que é formado por contribuições do próprio participante, da patrocinadora à qual estiver vinculado e pelos rendimentos das aplicações financeiras, motivo pelo qual este tipo de plano não apresenta risco atuarial.

c. Patrocinadoras

São entendidas como patrocinadoras as sociedades que celebrem Convênio de Adesão com o plano de benefícios. Em 31 de dezembro de 2017 os planos de benefícios administrados pela Fundação possuíam as seguintes patrocinadoras:

Plano BD - CNPB 1979.0037.18		Plano PAI - CNPB 2001.0017.38	
Duratex S.A.	Itautec S.A.	Duratex S.A.	Hydra Corona Sist. de Aquec. de Água Ltda.
Duratex Empreendimentos Ltda.	Itautec.Com Serviços S.A.	Duratex Empreendimentos Ltda.	Itaúsa Empreendimentos S.A.
Duratex Florestal Ltda.	Itautec Locação e Com. de Equipamentos S.A.	Duratex Florestal Ltda.	Itautec S.A.
Fundação Itaúsa Industrial		Elekeiroz S.A.	Itautec.Com Serviços S.A.
Itaúsa Empreendimentos S.A.		Fundação Itaúsa Industrial	Itautec Locação e Com. de Equipamentos S.A.



**d. Participantes**

Os participantes são todos os funcionários, administradores, ex-funcionários e ex-administradores de suas patrocinadoras que fizeram a opção pela adesão a um dos planos de benefícios oferecidos.

Abaixo demonstramos a posição de participantes e assistidos por patrocinadora e planos de benefícios:

Patrocinadoras	2017			2016		
	Planos		Total	Planos		Total
	BD	PAI		BD	PAI	
Ativos	32	5.431	5.463	33	5.497	5.530
Duratex S.A. e Controladas	31	5.021	5.052	32	5.068	5.100
Elekeiroz S.A.	-	336	336	-	353	353
Fundação Itaúsa Industrial	-	10	10	-	10	10
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	51	51	-	42	42
Itautec S.A. e Controladas	1	13	14	1	24	25
Assistidos	490	614	1.104	498	544	1.042
Duratex S.A. e Controladas	425	408	833	434	377	811
Elekeiroz S.A.	-	17	17	-	11	11
Itaúsa Empreendimentos S.A.	5	5	10	5	3	8
Itautec S.A. e Controladas	60	184	244	59	153	212
Vinculados	61	2.686	2.747	66	2.899	2.965
Duratex S.A. e Controladas	36	866	902	36	862	898
Elekeiroz S.A.	-	44	44	-	81	81
Fundação Itaúsa Industrial	-	5	5	-	5	5
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	12	12	-	13	13
Itautec S.A. e Controladas	25	1.759	1.784	30	1.938	1.968
TOTAL	583	8.731	9.314	597	8.940	9.537





NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução Previc/DC nº 6, de 13 de novembro de 2013, Resolução CNPC nº 12, de 30 de agosto de 2013, que altera a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011; Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Instrução Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e Instruções Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015 e nº 9, de 20 de junho de 2017.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com os itens 60 - 65 da NBC TG 26.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas de forma segregada por plano de benefícios e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- ✓ **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- ✓ **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- ✓ **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.





NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a. Ativo Realizável

- ✓ **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadoras e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- ✓ **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuadas pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- ✓ **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos, Créditos Privados, Ações, Fundos de Investimento e Derivativos

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço, sendo classificados na seguinte categoria:

- a) Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- b) Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Derivativos são classificados e estão registrados pelo valor de mercado, e as variações estão sendo reconhecidas no resultado dos investimentos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.





II. Empréstimos

Os empréstimos aos participantes ativos são remunerados pelo índice de referência ou meta atuarial do plano de benefícios, acrescidos de juros de 1,15% a.a. e taxa de administração de 0,35% a.a.

A Provisão de Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa (PDD) é constituída, se necessária, com base na avaliação do risco de crédito efetuada pela Entidade e por consulta aos assessores jurídicos, conforme Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009:

- ✓ 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- ✓ 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- ✓ 75% para atrasos entre 241 e 360; e
- ✓ 100% para atrasos superiores a 360 dias.

b. Ativo Permanente

É composto por Ativos Imobilizado e Intangível, sendo o imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear às taxas abaixo, e o Intangível demonstrado ao custo de aquisição e amortização por tempo determinado. Ambos tendo como contrapartida a conta de despesa do Plano de Gestão Administrativa – PGA:

- ✓ 10% a.a. para Móveis e Utensílios;
- ✓ 20% a.a. para Equipamentos de Informática;
- ✓ 60 meses para Ativo Intangível.

c. Exigível Operacional

São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos. Essas obrigações são segregadas por Gestão Previdencial, Administrativa e Investimentos.





d. Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com as práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a Entidade utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme definições a seguir:

- ✓ **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;
- ✓ **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados; e
- ✓ **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

e. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e contribuições administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos às patrocinadoras, aos participantes e aos assistidos dos planos.





f. Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas

São escrituradas pelo regime contábil de competência.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, as bonificações e os juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidos após a publicação da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

g. Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

h. PIS/COFINS

São as contribuições calculadas com alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e, considerando que a Fundação administra dois planos de benefícios, os custos comuns são rateados em função da quantidade de participantes de cada plano e custeados através de contribuições dos participantes e patrocinadoras (Plano PAI) e por transferência de rentabilidade dos investimentos (Plano BD), conforme Planejamento Orçamentário





e de Custeio Administrativo da Fundação, aprovado pelo Conselho Deliberativo, que também especifica que parte das despesas administrativas previdenciais será rateada para as despesas da administração de investimentos, de acordo com o seguinte critério:

Despesas Administrativas	% Alocação entre Gestões	Critério de Rateio entre Planos
1. Administração Previdencial		
1.1. Despesas Comuns	60%	Nº de participantes
1.2. Despesas Específicas		Não há rateio
2. Administração dos Investimentos		
2.1. Despesas Comuns	40%	Patrimônio do Plano
2.2. Despesas Específicas		Não há rateio

As despesas administrativas que forem específicas não sofrem rateio, sendo o seu valor total contabilizado na gestão a que se refere essa despesa (Previdencial ou Investimento).

As despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos, sendo que os custos comuns são rateados em função do patrimônio de cada plano.

A Entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de contribuições específicas e receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.





NOTA 5 – INVESTIMENTOS

a. Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários. A gestão dos investimentos dos planos e do PGA é realizada por meio da Segregação Real dos Ativos. Inclui, além dos recursos do plano de benefícios, os ativos do PGA:

Descrição	2017			2016		
	Plano BD	Plano PAI	TOTAL	Plano BD	Plano PAI	TOTAL
Títulos Públicos Federais	-	610.823	610.823	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos	-	90.336	90.336	416	78.377	78.793
Fundos de Investimento	237.999	1.754.404	1.992.403	237.438	2.227.548	2.464.986
Empréstimos e Financiamentos	-	7.029	7.029	-	5.729	5.729
Depósitos Judiciais/Recursais	4.775	-	4.775	4.515	-	4.515
TOTAL	242.774	2.462.592	2.705.366	242.369	2.311.654	2.554.023

b. Títulos e Valores Mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – Cetip, na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC, sendo o Itaú Unibanco e outras instituições financeiras os agentes de custódia, de acordo com a legislação em vigor.

Apresentamos, a seguir, a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, tipo de carteira e segmento dos Títulos e Valores.





I. Títulos para Negociação

Estão registrados em valor de mercado, em consonância com os limites e riscos estabelecidos na Política de Investimentos da Entidade.

Plano BD	2017		2016	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Debêntures não Conversíveis	-	-	416	416
Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	81.049	81.049	78.358	78.358
Fundos de Investimentos Financeiros Abertos	4.204	4.204	3.687	3.687
TOTAL	85.253	85.253	82.462	82.462

Plano PAI	2017		2016	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Letras Financeiras	90.336	90.336	78.377	78.377
Notas do Tesouro Nacional	610.823	610.823	-	-
Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos	1.590.027	1.590.027	2.114.604	2.114.604
Fundos Abertos RF	39.784	39.784	52.957	52.957
Fundos de Investimentos Estruturados	39.289	39.289	7.003	7.003
Fundos de Investimentos no Exterior	8.928	8.928	-	-
Fundos de Investimentos em Ações	76.376	76.376	52.984	52.984
TOTAL	2.455.563	2.455.563	2.305.925	2.305.925

Os títulos classificados como “para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado considerando preço médio de negociação no dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco e o indexador.





II. Títulos Mantidos até o Vencimento

A Entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os seguintes títulos:

Plano BD	2017		2016	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Fundos de Investimentos Financeiros	152.746	157.259	155.392	153.215
NTN-B	136.152	140.284	140.064	138.291
LETRAS FINANCEIRAS (LF)	16.594	16.975	15.328	14.925
TOTAL	152.746	157.259	155.392	153.215

O quadro abaixo mostra o acompanhamento das Notas do Tesouro Nacional série B mantidas até o vencimento e informadas à Previc conforme Resolução nº 16, de 19 de novembro de 2014:

Ativo	Vencimento	Custo	Mercado
NTN-B			
	15/08/2020	10.702	11.182
	15/08/2022	13.187	13.728
	15/08/2024	35.241	36.186
	15/08/2030	23.342	23.999
	15/05/2035	19.412	19.837
	15/08/2040	11.175	11.528
	15/05/2045	7.963	8.198
	15/08/2050	15.130	15.624
TOTAL		136.152	140.282





III. Títulos e Valores Mobiliários por Vencimento

Plano BD	Vencimento				Total	
Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/17	31/12/16
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	-	-	416
Cias Abertas - Debêntures Conversíveis	-	-	-	-	-	416
Fundos de Investimento	4.923	24.669	96.234	112.173	237.999	237.438
<i>Fundos Exclusivos</i>	719	24.669	96.234	112.173	233.795	233.751
Notas do Tesouro Nacional - série B	-	6.309	63.475	112.173	181.957	179.640
Letras Financeiras do Tesouro	-	4.042	3.156	-	7.198	8.054
Letras Financeiras	-	6.417	29.601	-	36.018	32.913
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	12.984
Certificados de Depósitos Bancários	-	1	2	-	3	4
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	-	-	-	4
Debêntures	728	-	-	-	728	-
Termo	-	2	-	-	2	10
Operações Compromissadas	-	7.898	-	-	7.898	84
Fundos de Investimento - FIDC	2	-	-	-	2	63
Contas a Pagar/Receber	(11)	-	-	-	(11)	(6)
<i>Fundos Abertos</i>	4.204	-	-	-	4.204	3.687
TOTAL	4.923	24.669	96.234	112.173	237.999	237.854





Plano PAI	Vencimento				Total	
Descrição	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/17	31/12/16
Títulos Públicos Federais	-	-	200.950	409.873	610.823	-
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	-	200.950	409.873	610.823	-
Créditos Privados e Depósitos	-	8.730	81.606	-	90.336	78.377
Letras Financeiras	-	8.730	81.606	-	90.336	78.377
Fundos de Investimento	182.057	842.153	695.542	34.652	1.754.404	2.227.548
<i>Fundos Exclusivos</i>	17.680	842.153	695.542	34.652	1.590.027	2.114.604
Letras Financeiras	-	248.629	65.955	29.473	344.057	661.653
Operações Compromissadas	-	429.484	-	-	429.484	534.966
Letras do Tesouro Nacional	-	56.059	8.521	-	64.580	148.057
Letras Financeiras do Tesouro	-	92.274	529.265	-	621.539	583.561
Termo	-	3.760	-	-	3.760	38.120
Certificados de Depósitos Bancários	-	4.652	6.098	-	10.750	5.518
Debêntures	-	7.112	75.228	3.426	85.766	89.601
Notas do Tesouro Nacional - Série B	-	183	9.720	706	10.609	25.617
Fundos de Investimentos - FIDC	17.637	-	-	-	17.637	11.575
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	755	1.047	1.802	16.025
<i>Contas a Pagar/Receber</i>	43	-	-	-	43	(89)
<i>Fundos Abertos RF</i>	39.784	-	-	-	39.784	52.957
<i>Fundos Estruturados</i>	39.289	-	-	-	39.289	7.003
<i>Fundos de Investimentos no Exterior</i>	8.928	-	-	-	8.928	-
<i>Fundos de Investimento em Ações</i>	76.376	-	-	-	76.376	52.984
Empréstimos e Financiamentos	7.029	-	-	-	7.029	5.729
TOTAL	189.086	850.882	978.098	444.525	2.462.592	2.311.654



**IV. Renda Fixa**

			31/12/17		31/12/16
Descrição			Plano BD	Plano PAI	Total
Títulos Públicos Federais			-	610.823	610.823
Notas do Tesouro Nacional - Série B			-	610.823	-
Créditos Privados e Depósitos			-	90.336	90.336
Cias Abertas - Debêntures não Conversíveis			-	-	416
Letras Financeiras			-	90.336	78.377
Fundos de Investimento	Gestor	CNPJ	237.999	1.669.100	1.907.099
<i>Fundos Exclusivos</i>			233.795	1.590.027	1.823.822
Nashira Prev. Multimercado FI	Itaú Unibanco	03.618.274/0001-37	213	393.972	774.326
FI RF Crédito Privado Itaúsa Industrial	Santander	10.366.827/0001-77	-	689.178	782.644
Cartagena Prev. Multimercado FI	Itaú Unibanco	05.575.512/0001-08	233.582	-	233.542
Star FI Multimercado Crédito Privado	Banco do Brasil	13.482.677/0001-55	-	367.977	397.569
NewPort News WAM FI Multimercado	Western Asset	19.941.929/0001-43	-	138.900	160.274
<i>Fundos Abertos</i>			4.204	79.073	83.277
FI Renda Fixa IMA-B	Bradesco	08.702.798/0001-25	-	39.784	52.957
Alocação Dinâmica I	Itaú Unibanco	21.838.150/0001-49	2.306	-	2.043
Alocação Dinâmica II	Itaú Unibanco	25.306.703/0001-73	1.898	-	1.644
Macro Chronos	Kinea	21.624.757/0001-26	-	14.558	3.520
Galileo Institucional	Safra	27.249.891/0001-70	-	3.992	3.483
Nimitz Estruturado	SPX	22.345.384/0001-17	-	20.739	-
TOTAL			237.999	2.370.259	2.608.258





V. Renda Variável

Descrição		Plano PAI	
		31/12/17	31/12/16
Fundos de Investimentos em Ações	CNPJ		
Itaú Vértice Ibovespa Index	17.412.528/0001-70	11.909	22.857
Itaú Institucional Ações Phoenix FI	23.731.629/0001-07	42.647	17.116
AZ Quest Ações FIA	07.279.657/0001-89	11.682	4.937
JGP Long Only Institucional FIA	11.175.745/0001-08	5.321	4.305
Ibiuna Equities FICF	13.401.715/0001-06	4.817	3.769
TOTAL		76.376	52.984

VI. Investimentos no Exterior

Descrição				Plano PAI
				31/12/17
Fundos de Investimento	Gestor	CNPJ		8.928
Fundos Abertos				
BB MM BlackRock Investimento no Exterior FI	BlackRock	17.397.125/0001-08		5.139
FOF Multi Global Equities Multim. Invest Ext.FICFI	Itaú Unibanco	17.412.472/0001-54		3.789
TOTAL				8.928





VII. Carteira Previdencial - Aberturas dos Títulos Públicos e Privados

Plano PAI	2017		2016	
Descrição	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Letras Financeiras	90.336	90.336	78.377	78.377
Letra Financeira (Bco BTG Pactual)	8.730	8.730	7.885	7.885
<i>LF 15/06/2018 - IPCA</i>	8.730	8.730	7.885	7.885
Letra Financeira (Bco Safra)	81.606	81.606	70.492	70.492
<i>LF 29/10/2020 - IPCA</i>	7.528	7.528	6.480	6.480
<i>LF 05/11/2020 - IPCA</i>	25.838	25.838	22.242	22.242
<i>LF 01/02/2021 - IPCA</i>	48.240	48.240	41.770	41.770
Notas do Tesouro Nacional	610.823	610.823	-	-
NTN-B 15/08/2022 - IPCA	200.950	200.950	-	-
NTN-B 15/08/2026 - IPCA	86.549	86.549	-	-
NTN-B 15/05/2035 - IPCA	112.440	112.440	-	-
NTN-B 15/05/2045 - IPCA	28.602	28.602	-	-
NTN-B 15/08/2050 - IPCA	182.282	182.282	-	-
TOTAL	701.159	701.159	78.377	78.377





c. Depósitos Judiciais/Rekursais

Referem-se aos depósitos judiciais de PIS, IPTU, IPMF e CPMF. Abaixo, a posição dos depósitos judiciais:

Descrição	Depósito		Juros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
PIS EC 10/96	149	149	639	596	788	745
PIS EC 17/97	489	489	2.020	1.900	2.509	2.389
IPTU	190	190	132	112	322	302
IPMF	18	18	14	14	32	32
CPMF	237	237	887	810	1.124	1.047
TOTAL	1.083	1.083	3.692	3.432	4.775	4.515

NOTA 6 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a. Gestão Previdencial e Administrativa

Corresponde à provisão de imposto de renda retido sobre os pagamentos de benefícios concedidos e contas a pagar dos gastos operacionais da Fundação.

b. Investimentos

Corresponde ao IOF a recolher retido das operações com participantes e as provisões de reembolso entre planos, proveniente da transferência de recursos para cobertura do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

NOTA 7 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são avaliadas de acordo com as determinações contidas na NPC nº 22, do Ibracon. Tanto as contingências ativas como as passivas são avaliadas pela Administração de forma individualizada, com base na opinião





de seus consultores jurídicos. No caso das contingências ativas, as mesmas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa; já as passivas são provisionadas quando a probabilidade de perda é avaliada como sendo provável e se possa mensurar com razoável segurança.

a. Plano BD

Referem-se às provisões e depósitos judiciais de IPMF, IRRF, PIS e IPTU. Abaixo a posição das provisões contingenciais:

Descrição	Provisão		Juros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisões s/ Depósito Judicial	281	281	295	267	576	548
IPTU	28	28	75	72	103	100
IRRF	253	253	220	195	473	448
Provisões c/ Depósito Judicial	842	842	2.809	2.626	3.651	3.469
PIS EC 10/96	149	149	639	596	788	745
PIS EC 17/97	489	489	2.020	1.900	2.509	2.389
IPTU	186	186	136	116	322	303
IPMF	18	18	14	14	32	32
TOTAL	1.123	1.123	3.104	2.893	4.227	4.017

NOTA 8 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

- a. As provisões matemáticas foram calculadas pelos atuários da empresa Willis Towers Watson, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando as características peculiares do Estatuto Social e Regulamentos dos planos de benefícios, e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.





I. Provisões matemáticas de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada.

II. Provisões matemáticas de benefícios a conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.

b. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas

Descrição	2017			2016		
	Plano BD	Plano PAI	Total	Plano BD	Plano PAI	Total
Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	145.034	393.126	538.160	145.557	344.225	489.782
Saldo de Contas dos Assistidos	-	393.126	393.126	-	344.225	344.225
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	141.621	-	141.621	143.945	-	143.945
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	3.413	-	3.413	1.612	-	1.612
Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	19.507	1.329.246	1.348.753	21.680	1.286.937	1.308.617
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadoras/Inst.	-	787.104	787.104	-	769.872	769.872
Saldo de Contas - Parcela Participantes	-	542.142	542.142	-	517.065	517.065
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	19.421	-	19.421	21.593	-	21.593
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Programados	86	-	86	87	-	87
Total do Exigível Atuarial	164.541	1.722.372	1.886.913	167.237	1.631.162	1.798.399





c. Premissas e Hipóteses Atuariais

I. Plano BD

	2017	2016
Hipóteses Econômicas		
Taxa Real Anual de Juros	4,38%	4,33%
Projeção do Crescimento Real de Salário	2,27%	2,27%
Projeção do Crescimento Real do Benefício do INSS	0%	0%
Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0%	0%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do Plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Tábua de Rotatividade	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo. ² RRB-1944 modificada, suavizada em 70%.





CÁLCULO DA TAXA REAL ANUAL DE JUROS PARA O EXERCÍCIO DE 2017

A taxa real anual de juros de 4,38% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução Previc nº 23, de 26 de junho de 2015, e Portaria Previc nº 708, de 25/12/2015.

De acordo com a referida metodologia, a *Duration* do Passivo do Plano BD resultou em 9,09 anos (9,33 anos em 2016).

II. Plano PAI

Para esse plano, as hipóteses atuariais não são aplicáveis, uma vez que seu benefício de aposentadoria programável é composto por contribuições do participante e das patrocinadoras, acrescidas dos rendimentos financeiros.

NOTA 9 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	2017	2016	Variação
Plano BD	31.839	37.761	(5.922)
Reserva de Contingência	31.411	32.327	(916)
Reserva Especial para Revisão de Plano	428	5.434	(5.006)

a. Reserva de Contingência

O resultado superavitário do Plano de Benefício (Plano BD) obtido em 2017 e destinado à constituição de reserva de contingência representa 19,09% da totalidade das Reservas Matemáticas do referido plano. Este percentual é formado pela *Duration* do Passivo de 2017 (9,09%), adicionado o limite de 10%, conforme Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.



**b. Reserva Especial para Revisão de Plano**

Após a constituição da Reserva de Contingência, os recursos excedentes formaram a Reserva Especial para Revisão de Plano, de acordo com a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

NOTA 10 – FUNDOS

Descrição	2017	2016	Constituição/Reversão
Fundos Previdenciais	777.899	709.277	68.622
Plano BD	41.425	32.567	8.858
Plano PAI	736.474	676.710	59.764
Fundos Administrativos	2.333	2.522	(189)
Plano BD	210	188	22
Plano PAI	2.123	2.334	(211)
TOTAL FUNDOS	780.232	711.799	68.433

a. Fundos Previdenciais**PLANO BD**

- I. Constituído em 2010 para atendimento ao disposto no art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com a finalidade de destinar parte da reserva especial para revisão do plano, de acordo com a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

A primeira destinação que distribuiu o superávit dos anos de 2007/2008/2009 foi aprovada pela Portaria nº 36, de 25 de janeiro de 2013. A segunda destinação que distribuiu o superávit acumulado nos anos de 2012/2013/2014 foi aprovada pela Portaria nº 306, de 04 de julho de 2016.





- II.** O processo de destinação prevê a reversão de valores aos participantes e patrocinadoras, sendo que os valores destinados aos participantes e patrocinadoras foram definidos conforme estabelecido no art. 15 da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- III.** A proporção dos valores atribuíveis às patrocinadoras foi estabelecida na solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, com base nas provisões matemáticas equivalentes de cada patrocinadora em 31/12/2014.
- IV.** O valor atribuível a cada participante e assistido foi estabelecido pela proporcionalidade do benefício efetivo ou projetado em 31/12/2014, conforme a solicitação enviada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, sendo que os critérios de pagamento e alocação para os participantes e assistidos estão previstos no Regulamento do Plano.
- V.** O Fundo é rentabilizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do plano.
- VI.** Apresentamos, a seguir, a posição dos valores distribuídos e os pagamentos efetuados até 31/12/2017:

Descrição	Patrocinadoras	Participantes	Total Fundo
Saldo Inicial em 31/12/2016	28.240	4.327	32.567
(-) Pagamentos p/ Patrocinadoras ¹	(5.890)	-	(5.890)
(-) Pagamentos p/ Assistidos ¹	-	(981)	(981)
(-) Reversões ²	-	(98)	(98)
+ Constituição para Distrib. Futura 2017 ³	11.271	1.729	13.000
+ Atualização	2.458	369	2.827
SALDO FINAL EM 31/12/2017	36.079	5.346	41.425

¹ A distribuição foi iniciada no mês de jul/2016, conforme Portaria nº 306, de 04/07/16, publicada no D.O.U. de 05/07/16. ² Refere-se ao valor dos participantes ativos que é transferido mensalmente para Reserva de Benefícios a Conceder. ³ Valor disponível para distribuição futura cujo processo será encaminhado à Previc para aprovação.





PLANO PAI

- I.** Corresponde aos valores dos saldos das contas das patrocinadoras não utilizadas pelos participantes em função de sua opção no momento do desligamento do plano. Esses valores podem ser utilizados para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras para o plano de forma solidária, à exceção da Fundação Itaúsa Industrial, conforme previsto no convênio de adesão firmado entre estas e o plano. Abaixo, a composição do Fundo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição	Fundação Itaúsa Industrial	Demais Empresas	Total 2017	Fundação Itaúsa Industrial	Demais Empresas	Total 2016
Saldo Inicial	22	676.688	676.710	76	585.802	585.878
+ Constituições	10	11.432	11.442	-	12.719	10.576
(-) Reversões	(32)	(8.578)	(8.610)	(60)	(10.008)	(10.039)
Rendimento	-	56.932	56.932	6	88.175	69.497
SALDO FINAL	-	736.474	736.474	22	676.688	676.710

b. Fundo Administrativo

Destinado ao custeio das despesas com administração da gestão previdencial dos planos de benefícios (Plano BD e Plano PAI) e de investimentos (Plano BD), é constituído com recursos das patrocinadoras (Plano BD e PAI) e dos participantes (Plano PAI).

NOTA 11 – PARTES RELACIONADAS

Podem ser consideradas Partes Relacionadas da Fundação Itaúsa Industrial: os participantes; as patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio do Convênio de Adesão para oferecimento dos planos administrados





pela Fundação aos seus funcionários e dirigentes; e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Fundação Itaúsa Industrial.

Em 31/12/2017, os Planos BD e PAI não possuíam em sua carteira debêntures de suas patrocinadoras ou qualquer operação envolvendo partes relacionadas.

NOTA 12 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Perfis de Investimento

Foi aprovada pela Previc, através da Portaria nº 357, de 17 de julho de 2014, a alteração do regulamento do Plano PAI que traz no Capítulo IX a criação dos Perfis de Investimentos. Com isso, a Fundação Itaúsa Industrial passou a oferecer aos participantes e assistidos do Plano PAI as opções de perfis Conservador, Moderado e Agressivo.

O quadro abaixo demonstra as informações sobre os perfis em 31/12/2017:

Plano PAI - CNPB 20.010.017-38			
Perfil	Quantidade Participantes	Volume de Recursos	Rentabilidade
Conservador	6.410	1.283.174	10,59%
Moderado	1.853	401.461	13,86%
Agressivo	468	37.737	16,50%
Carteira Específica não Vinculada aos Perfis ¹	-	736.474	8,38%

A posição acima reflete as Reservas Matemáticas do Plano PAI-CD, distribuídas por perfis de investimento. ¹ A Carteira Específica não vinculada aos Perfis foi criada em 15/03/17. O percentual de 8,38% equivale à rentabilidade acumulada no ano de 2017.



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
 - PARECER ATUARIAL – PLANO PAI-CD
 - PARECER ATUARIAL – PLANO BD
 - PARECER DO CONSELHO FISCAL
 - PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO
 - RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
- RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:
- PLANO CD
 - PLANO BD
 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
Fundação Itaúsa Industrial

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaúsa Industrial (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Itaúsa Industrial, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Itaúsa Industrial e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).





BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.





RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.





Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta

Contador

CRC 1SP216397/O-5





PARECER ATUARIAL – PLANO PAI-CD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Elekeiroz S.A., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itautec S.A., Itautec.Com Serviços S.A., Itautec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. e Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Itaúsa Industrial, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Itaúsa Industrial aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 533 publicada no D.O.U. de 25/11/2016.





I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2017
<i>Participantes Ativos (considerando os autopatrocinados)</i>		
Número		7.544
Idade Média (em anos)		40,9
Tempo de Serviço Médio (em anos)		13,6
<i>Participantes em Aguardo de Benefício Proporcional¹</i>		
Número		617

Benefícios Concedidos		30/09/2017
<i>Número de Aposentados Válidos</i>		572
Idade Média (em anos)		62,0
Valor Médio do Benefício		7.225
<i>Número de Aposentados Inválidos</i>		-
Idade Média (em anos)		-
Valor Médio do Benefício		-
<i>Número de Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo</i>		34
Idade Média (em anos)		62,9
Valor Médio do Benefício		9.454
<i>Número de Pensionistas (grupos familiares)</i>		-
Idade Média (em anos)		-
Valor Médio do Benefício		-

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.





II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Por ser o Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 2.460.968.842,09.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.





IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base no Balanço Patrimonial da Fundação Itaúsa Industrial, referente ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.722.371.550,14
Provisões Matemáticas	1.722.371.550,14
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>393.125.643,25</i>
Contribuição Definida	393.125.643,25
Saldo de Conta de Assistidos	393.125.643,25
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>1.329.245.906,89</i>
Contribuição Definida	1.329.245.906,89
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadora(s)	787.104.121,60
Saldo de Contas – Parcela Participantes	542.141.785,29
Fundos	738.597.291,95
Fundo Previdencial	736.474.282,63
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	736.474.282,63
Fundo Administrativo	2.123.009,32





V – PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,51% da folha de salários dos participantes.

Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas para 2018 em valor equivalente a 0,96% da folha de salários de participantes serão custeadas observadas as regras estabelecidas no regulamento do plano.

Participantes

Os participantes deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento do plano, estimadas em 1,52% da folha de salários.

Autopatrocinados

As contribuições dos participantes autopatrocinados, definidas no regulamento do plano, foram estimadas em 0,53% da folha de salários dos participantes.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos, tais como salários realmente pagos e contribuição realizada pelo participante, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios de Contribuição Definida PAI-CD da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.





Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018

Samantha Jimenez Redig

MIBA nº 2.120

Tatiane do Nascimento Soares

MIBA nº 2.945





PARECER ATUARIAL – PLANO BD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Itaúsa Industrial posicionado em 30/09/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são: Duratex S.A., Duratex Florestal Ltda., Duratex Empreendimentos Ltda., Fundação Itaúsa Industrial, Itaúsa Empreendimentos S.A., Itaotec S.A., Itaotec.Com Serviços S.A. e Itaotec Locação e Comércio de Equipamentos S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação e pelas empresas, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade entre todas as empresas dos compromissos referentes aos benefícios oferecidos pelo plano.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial encontra-se em extinção desde 30/09/2002.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 36 de 25/01/2013.





I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2017
<i>Participantes Ativos (considerando os autopatrocinados)</i>		
Número		69
Idade Média (em anos)		49,3
Tempo de Serviço Médio (em anos)		24,1
<i>Participantes em Aguardo de Benefício Proporcional¹</i>		
Número		26
Benefícios Concedidos		30/09/2017
<i>Número de Aposentados Válidos</i>		293
Idade Média (em anos)		75,8
Valor Médio do Benefício		R\$ 2.907
<i>Número de Aposentados Inválidos</i>		38
Idade Média (em anos)		68,5
Valor Médio do Benefício		R\$ 363
<i>Número de Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo</i>		152
Idade Média (em anos)		74,3
Valor Médio do Benefício		R\$ 1.620
<i>Número de Pensionistas (grupos familiares)</i>		0
Idade Média (em anos)		0
Valor Médio do Benefício		0

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.





II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação Itaúsa Industrial e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Atuariais	2017	2016
Taxa Real Anual de Juros	4,38% a.a.	4,33% a.a.
Projeção do Crescimento Real de Salário	2,27% a.a.	2,27% a.a.
Projeção do Crescimento Real do Benefício do INSS	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	100%	100%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do Plano	100%	100%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios do INSS	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB-1944 modificada ²	RRB-1944 modificada ²
Rotatividade	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	30 anos de contribuição para a mulher e 35 para o homem	30 anos de contribuição para a mulher e 35 para o homem

¹ AT-2000 suavizada em 10%, segregada por sexo. ² Desagravada em 70%.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.





Taxa Real Anual de Juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina as redações vigentes da Resolução CGPC nº 18/2006, da Instrução nº 23 de 26/06/2015 e da Portaria Previc nº 375 de 17/04/2017, deve ser justificada pela Entidade Fechada de Previdência Complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson realizou em dezembro de 2017 estudo de aderência da taxa de juros do plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2016, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2016 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,59% a.a. e com intervalo de confiança de 100%, suporte para adoção da taxa real de juros de 4,38% a.a para o plano de benefícios. Essas taxas estão dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%).

De acordo com a resolução CGPC nº 26/2008, a taxa máxima de juros a ser utilizada em caso de destinação e utilização de superávit corresponde à taxa máxima de juros real anual (6,66% a.a.) reduzida em um ponto percentual (5,66% a.a.). A taxa adotada de 4,38% a.a. é inferior à taxa máxima permitida.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial informamos que a taxa real anual de juro de 4,38% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2017 por ser adequada às características da massa de participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de despesas.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.





Projeção do Crescimento de Salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido, realizou, em dezembro de 2016, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas das redações vigentes da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, apresentando o crescimento salarial real de 2,27% a.a.

O estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Itaúsa Industrial.

A patrocinadora considera que a taxa de projeção do crescimento real dos salários de 2,27% a.a. reflete a sua expectativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com as respectivas políticas de Recursos Humanos.

Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários e Benefícios

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes dos salários e benefícios que ocorrerá durante o período de 12 meses.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios no valor de 100% reflete o resultado do estudo realizado em dezembro de 2016.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.





Objetivando identificar as hipóteses biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Itaúsa Industrial, foram realizados em 2016 estudos de aderência das hipóteses de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos, rotatividade e idade de entrada em aposentadoria. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2017 são as indicadas por esse estudo que encontra-se vigente.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Regime de Capitalização e Método Agregado: Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço/BD-DX, Complementação de Aposentadoria Especial/BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Idade/BD-DX, Complementação de Aposentadoria por Invalidez/BD-DX, Renda Mensal Vitalícia/BD-DX, Prêmio por Aposentadoria/BD-DX, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social – COMAP/BD-Itaúsa, Complementação de Aposentadoria concedida pela Previdência Social – COMAP/BD-Itautec, Benefício Proporcional Diferido, Resgate, Portabilidade, Auxílio Funeral/BD-Itaúsa, Auxílio Funeral/BD-Itautec e Pecúlio por Morte/BD-DX.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Fundação Itaúsa Industrial de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 238.014.328,61.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Itaúsa para a manutenção de títulos marcados na curva, o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina a Resolução nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefício Definido ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Itaúsa Industrial.





IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31/12/2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	196.379.158,41
Provisões Matemáticas	164.540.601,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>145.034.216,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	145.034.216,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	141.620.978,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.413.238,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>19.506.385,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadora(s)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	19.420.103,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	19.420.103,00
Valor Atual das Contribuições Futuras da(s) Patrocinadora(s)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	86.282,00





	Valores em R\$
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	86.282,00
Valor Atual das Contribuições Futuras da(s) Patrocinadora(s)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	<i>31.838.557,41</i>
Resultados Realizados	31.838.557,41
Superávit Técnico Acumulado	31.838.557,41
Reserva de Contingência	31.410.800,73
Reserva Especial para Revisão de Plano	427.756,68
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	41.635.170,20
Fundos Previdenciais	41.425.566,18
Revisão Disponível para Distribuição 2014	10.574.747,00
Revisão Disponível para Distribuição 2016	17.850.819,18
Revisão Disponível para Distribuição 2017	13.000.000,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundo Administrativo	209.604,02





Foram constituídos Fundos Previdenciais para destinação da Reserva Especial em 31/12/2014 e 31/12/2016, que em 31/12/2017 montam a R\$ 10.574.747,00 e R\$ 17.850.819,18, respectivamente. Os Fundos Previdenciais têm por finalidade a reversão do valor às patrocinadoras, participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido, na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008.

No exercício de 2017 o plano também apresentou Reserva Especial.

Como em 2015 e 2016 não foram distribuídos os valores totais da reserva especial, o plano registrou, pelo terceiro ano consecutivo, montantes na rubrica de Reserva Especial para Revisão de Plano. Os valores da Reserva Especial restantes em 2015 e 2016, após a criação do Fundo de Revisão do Plano e o valor apurado em 2017, são respectivamente: R\$ 5.396.142,30, R\$ 5.434.094,78 e R\$ 13.427.756,68.

A Fundação Itaúsa Industrial decidiu destinar R\$ 13.000.000,00 sendo R\$ 5.396.142,30 a título de revisão obrigatória e R\$ 7.603.857,70 a título de revisão facultativa.

A destinação do superávit atende à Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, pois utiliza tábua biométrica AT-2000 suavizada em 10% e taxa real de juros de 4,38%, que é inferior à taxa máxima real de juros reduzida em um ponto percentual (5,66%).

A proporção para rateio do Fundo Previdencial entre participantes e patrocinadora será de 13,30% para os participantes e 86,70% para as patrocinadoras. Esta proporção leva em consideração as contribuições utilizadas para distribuição do fundo de revisão de plano de 2009, tendo em vista que não ocorreram contribuições para o plano após essa data.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano - Patrocinadoras 2017” foi constituído com R\$ 11.271.000,00, que corresponde a 86,70% dos R\$ 13.000.000,00 e será atribuível às patrocinadoras do Plano de Benefício Definido. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora. A finalidade desse fundo é a cobertura parcial ou integral das contribuições normais da patrocinadora.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano - Participantes 2017” foi constituído com R\$ 1.729.000, que corresponde a 13,30% dos R\$ 13.000.000,00 e será atribuível aos participantes e assistidos na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes existentes em 31/12/2017, considerando o benefício





efetivo dos ativos e o pago aos assistidos em 31/12/2017. Os critérios para utilização deste fundo serão objeto de deliberação específica.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2018.

V – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisões Matemáticas para o Plano de Benefício Definido}$, temos:

Duração do Plano em 2017	Provisões Matemáticas	Limite Máximo	Limite pela Fórmula	Menor Limite
9,09 anos	R\$ 164.540.601,00	25%	$10\% + (1\% \times 9,09) = 19,09\%$	19,09%

Uma vez que o limite de 19,09% calculado pela fórmula é menor que 25%, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a $19,09\% \times \text{R\$ } 164.540.601,00 = \text{R\$ } 31.410.800,73$.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

VI – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o artigo nº 11 - A da Resolução CGPC nº 26/2008, em caso de destinação de superávit, o Ajuste de Precificação negativo será deduzido da reserva especial para fins de cálculo do montante a ser destinado.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.





O valor do Ajuste de Precificação informado pela Fundação Itaúsa é de R\$ 9.555.305,35. Uma vez que o Ajuste de Precificação é positivo, este não é aplicável na situação de destinação de superávit, conforme dispositivos da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

VII – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017, comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 atualizado para 31/12/2017 pelo método de recorrência.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	164.540.601,00	162.749.216,60	1,10%
Benefícios Concedidos	145.034.216,00	140.244.534,82	3,42%
Benefícios a Conceder	19.506.385,00	22.504.681,78	-13,32%

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefícios ao longo do ano. O Passivo Atuarial total variou dentro do esperado.

VIII – CUSTEIO DO PLANO

Tendo em vista a adoção do método agregado na avaliação dos benefícios oferecidos pelo plano e a situação financeira favorável na data da avaliação, não recomendamos contribuição para o exercício de 2018. Conforme orçamento informado pela Fundação Itaúsa, as despesas administrativas de 2018 em valor equivalente a 13,06% da folha de salários de participantes serão custeadas pelo retorno dos investimentos e pelo Fundo Administrativo, enquanto houver recursos neste.

IX – CONCLUSÃO

O aumento do superávit no exercício de 2017 deve-se principalmente à boa rentabilidade do plano. As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros.





Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da Entidade e suas patrocinadoras.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefício Definido, proveniente da unificação dos Planos de Benefícios BD-DX, BD-Itaúsa e BD-Itautec da Fundação Itaúsa Industrial, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Fundação Itaúsa Industrial com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Fundação Itaúsa Industrial em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018

Samantha Redig

MIBA nº 2.120

Tatiane do Nascimento Soares

MIBA nº 2.945





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAÚSA INDUSTRIAL, nos termos do art. 15, inciso I do Estatuto Social, após exame do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, são de opinião que os referidos documentos refletem adequadamente a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro de 2017.

Dessa forma, os membros deste Conselho Fiscal, no desempenho de suas atribuições estatutárias, recomendam que sejam aprovados pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

Presidente: Irineu Govêa

Conselheiros: Antonio Borges da Costa
Daniel Lopes Franco
João Batista Cardoso Sevilha
Ricardo Garcia de Souza
Victor Zavagli Junior





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em conformidade com o disposto no artigo 11, § 4º, alínea 'f', do Estatuto Social, o Conselho Deliberativo analisou o seguinte parecer lavrado pelo Conselho Fiscal em livro próprio em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2018.

Analizados o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Avaliação e Pareceres Atuarial e Fiscal, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, e o parecer da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes emitida nesta data, o Conselho Deliberativo concluiu pela exatidão de todos os documentos examinados, que, corroborados com os termos da referida carta, ficam aprovados na íntegra.

São Paulo, 05 de março de 2018

Presidente: Raul Penteado de Oliveira Neto

Vice-presidente: Marcos Antonio De Marchi

Conselheiros: Carlos Roberto Zanelato
Francisco Assis Guimarães
Ivan Caetano Diniz de Mello
Maurício Campos Malachias





RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

ALOCÇÃO DOS ATIVOS POR CARTEIRA E SEGMENTO

Em milhares de reais

	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Total								
Carteira de Investimentos - Própria								
Segmento								
Renda Fixa	701.159	98,3%	701.159	99,0%	-	0,0%	-	-
Operações com Participantes	7.029	1,0%	7.029	1,0%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais/Recursoais	4.775	0,67%	-	-	4.775	100,0%	-	-
TOTAL - Carteira Própria	712.963	100,0%	708.188	100,0%	4.775	100,0%	0.000	0,00%
Carteira de Investimentos - Terceirizada								
Segmento								
Renda Fixa	1.867.810	93,7%	1.626.954	92,9%	237.786	100,0%	3.070	100,0%
Renda Variável	76.376	3,8%	76.376	4,4%	-	-	-	-
Estruturados	39.289	2,0%	39.289	2,2%	-	-	-	-
Exterior	8.928	0,4%	8.928	0,5%	-	-	-	-
TOTAL - Carteira Terceirizada	1.992.403	100,0%	1.751.547	100,0%	237.786	100,0%	3.070	0,0%





Em milhares de reais

	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Carteira de Investimentos - Total								
Carteira de Investimentos - Total								
Segmento								
Renda Fixa	2.568.969	95,0%	2.328.113	94,6%	237.786	98,0%	3.070	100,0%
Renda Variável	76.376	2,8%	76.376	3,1%	-	-	-	-
Operações com Participantes	7.029	0,3%	7.029	0,3%	-	-	-	-
Estruturados	39.289	1,5%	39.289	1,6%	-	-	-	-
Exterior	8.928	0,3%	8.928	0,4%	-	-	-	-
Depósitos Judiciais/Recursais	4.775	0,2%	-	-	4.775	2,0%	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.705.366	100,0%	2.459.735	100,0%	242.561	100,0%	3.070	100,0%



**COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS**

Em milhares de reais

Carteira de Investimentos	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total		% sobre Total	
Títulos Públicos	1.891.390	70,0%	1.692.952	68,8%	196.937	82,8%	1.501	48,9%
LTN/NTNF	66.382	2,5%	66.382	2,7%	0	0,0%	0	0,0%
LFT	628.736	23,3%	621.243	25,3%	7.176	3,0%	317	10,3%
NTNB	803.390	29,7%	621.424	25,3%	181.956	76,5%	10	-
Caixa/Op Comp.	392.882	14,5%	383.903	15,6%	7.805	3,3%	1.174	38,2%
Títulos Privados	629.829	23,3%	591.644	24,1%	36.645	15,4%	1.540	50,2%
CDB	10.754	0,4%	10.710	0,4%	0	0,0%	44	1,4%
LF	470.412	17,4%	433.029	17,6%	35.917	-	1.466	47,7%
Debênture	131.024	4,9%	130.296	5,3%	728	0,3%	0	0,0%
FIDC	17.639	0,7%	17.609	0,7%	0	0,0%	30	1,0%
Outros	47.750	1,8%	43.517	1,8%	4.204	1,8%	29	1,0%
Ações	76.376	2,8%	76.376	3,1%	-	-	-	-
Estruturados	39.289	1,5%	39.289	1,6%	-	-	-	-
Exterior	8.928	0,3%	8.928	0,4%	-	-	-	-
Empréstimos	7.029	0,3%	7.029	0,3%	-	-	-	-
Consolidado	2.700.591	100,0%	2.459.735	100,0%	237.786	100,0%	3.070	100,0%





Em milhares de reais

Carteira de Investimentos Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
Decomposição por Segmento/Fundos								
Renda Fixa	2.568.970	-	2.328.113	-	237.786	-	3.070	-
Ativos Carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-B	610.823	22,7%	610.823	24,90%	-	-	-	-
Letra Financeira	90.337	3,4%	90.336	3,68%	-	-	-	-
Fundos de Investimentos								
Exclusivos								
13.482.677/0001-55 - STAR FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	367.977	13,7%	367.977	15,00%	-	-	-	-
10.366.827/0001-77 - ITAÚSA INDUSTRIAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	689.178	25,6%	689.178	28,10%	-	-	-	-
03.618.274/0001-37 - NASHIRA FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	394.184	14,6%	391.114	15,95%	-	-	3.070	100,0%
19.941.929/0001-43 - WESTERN ASSET NEWPORT NEWS FI MULTIMERCADO	138.900	5,2%	138.900	5,66%	-	-	-	-





Em milhares de reais

Carteira de Investimentos Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
05.575.512/0001- 08 - CARTAGENA FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO PREVIDENCIÁRIO	233.582	8,7%	-	0,00%	233.582	98,2%	-	-
Abertos								
08.702.798/0001-25 - BRADESCO INSTITUCIONAL FICFI RENDA FIXA IMA-B	39.785	1,5%	39.785	1,62%	-	-	-	-
21.838.15/00001-49 - IT INST ALOC DIN FIC	1.898	0,1%			1.898	0,8%	-	-
25.306.7030001-73 - IT INST AL DIN II RF	2.306	0,1%	-	-	2.306	1,0%	-	-
Renda Variável	76.376	-	76.376	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos								
Abertos								
13.401.715/0001-06 - IBIUNA EQUITIES FICF	4.816	0,2%	4.816	0,20%	-	-	-	-
23.731.629/0001-07 - IT INST A PHOENIX FI	42.647	1,6%	42.647	1,74%	-	-	-	-
07.279.657/0001-89 - QUEST ACOES FIA	11.683	0,4%	11.683	0,48%	-	-	-	-





Em milhares de reais

Carteira de Investimentos Terceirizada	Consolidado		Plano PAI-CD		Plano BD		PGA	
	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos	Valor	% sobre Total dos Investimentos
17.412.528/0001-70 - IT IBOV INDEX FICFIA	11.909	0,4%	11.909	0,49%	-	-	-	-
11.175.745/0001-08 - JGP LONG ONLY IN FIA	5.321	0,2%	5.321	0,22%	-	-	-	-
Estruturados	39.289	-	39.289	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos								
Abertos								
10.347.249/0001-21 - SAFRA GALILEO FIM	3.992	0,1%	3.992	0,16%	-	-	-	-
22.345.384/0001-17 - SPX NIM ESTRU FIC MM	20.739	0,8%	20.739	0,85%	-	-	-	-
21.624.757/0001-26 - KINEA MACRO CHRONOS	14.558	0,5%	14.558	0,59%	-	-	-	-
Exterior	8.928	-	8.928	-	-	-	-	-
Fundos de Investimentos								
Abertos								
17.397.125/0001-08 - BB MM BLACKROCK IE	5.138	0,2%	5.138	0,21%	-	-	-	-
17.412.472/0001-54 - FOF MULTI GLOBAL EQT	3.790	0,1%	3.790	0,15%	-	-	-	-
TOTAL	2.693.562	100,0%	2.452.706	100,0%	237.786	100,0%	3.070	100,0%





QUADRO COMPARATIVO DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X RESOLUÇÃO CMN 3.792

	Limites Máximos	Conservador	Limites Máximos	Moderado	Limites Máximos	Agressivo	Limites Máximos	Carteira Não Vinculada aos Perfis	Limites Máximos
Segmento	Resolução CMN 3.792/2009	% Observado	Política de Investimentos	% Observado	Política de Investimentos	% Observado	Política de Investimentos	% Observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	99,45%	100%	73,32%	90,0%	50,88%	80%	100,00%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	5%	16,29%	25,0%	30,73%	50%	0,00%	20%
Operações com Participantes	Até 15%	0,55%	3%	0,00%	0%	0,00%	0%	0,00%	0%
Imóveis	Até 8%	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	5%	0,00%	8%
Investimentos no Exterior	Até 10%	0,00%	1%	1,88%	5%	3,86%	10%	0,00%	10%
Investimentos Estruturados	Até 20%	0,00%	5%	8,50%	10%	14,51%	20%	0,00%	20%

Não foram observados desenquadramentos em relação à Política de Investimentos e à Resolução CMN 3.792 de setembro de 2009.

	Limites Máximos	Plano BD	Limites Máximos	PGA	Limites Máximos
Segmento	Resolução CMN 3.792/2009	% Observado	Política de Investimentos	% Observado	Política de Investimentos
Renda Fixa	Até 100%	100,00%	Até 100%	100%	100%
Renda Variável	Até 70%	0,00%	0%	0%	0%
Operações com Participantes	Até 15%	0,00%	Até 1%	0%	0%



**DESPESAS RELACIONADAS À ADMINISTRAÇÃO**

Em milhares de reais

Despesas Administrativas por Tipo	
	2017
Pessoal e Encargos	2.331
Sistemas de Informações	729
Tributos	553
Taxa de Custódia	344
Comunicação/Educação Previdenciária	296
Serviços Financeiros	257
Infraestrutura	251
Auditorias	207
Avaliação Atuarial	128
Contribuições às associações de classe	89
Rateio de Custos Comuns	39
Honorários Advocatícios	32
Consultorias	21
Despesas de Expediente	20
Outras Despesas	16
TOTAL	5.313
Despesas que não transitam pelo resultado	
Taxa de administração e custódia	2.847
Taxas ANBIMA/CETIP/CVM/SELIC/BM&F	601
Corretagens e outras despesas	63
Taxa Gestão/Performance	785

Despesas Administrativas por Plano/Gestão		
	2016	2017
Gestão Previdencial		
Plano PAI-CD	2.823	2.966
Plano BD	348	340
TOTAL	3.171	3.306
Gestão dos Investimentos		
Plano PAI-CD	1.829	1.816
Plano BD	172	191
TOTAL	2.001	2.007
TOTAL Despesas Administrativas		
Plano PAI-CD	4.652	4.782
Plano BD	520	531
TOTAL	5.172	5.313
Indicadores de Desempenho		
Despesas Administrativas	5.172	5.313
Investimentos	2.549.508	2.700.591
% Despesas Administrativas/Investimentos (a.a.)	0,20%	0,20%

**RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS OU ADMINISTRADOR
ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ):**

Nome: Walter José Trimboli

CPF: 712.070.318-87





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO CD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar	Fundação Itaúsa Industrial
2. Exercício	2017
3. Ata do Conselho Deliberativo/Data Assembleia	-
4. Plano de Benefício	Plano de Aposentadoria Individual
5. Índice de Referência do Plano	Índice de Referência: IPCA + 4,5% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	
6.1. Renda Fixa	Alvaro Penteado de Castro (até 17/02/2017)
6.2. Renda Variável	Walter José Trimboli (a partir de 17/02/2017)
6.3. Imóveis	
6.4. Financiamentos	
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes	(☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8.1. Conservador - Margem de Alocação			9.1. Conservador - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	81,0	100,0	99,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	0,0	5,0	0,0	
Investimentos Estruturados	0,0	5,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	1,0	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	3,0	1,0	
Imóveis	0,0	5,0	0,0	

Alocação dos Recursos	8.2. Moderado - Margem de Alocação			9.2. Moderado - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	55,0	90,0	77,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	10,0	25,0	17,0	
Investimentos Estruturados	0,0	10,0	5,0	
Investimentos no Exterior	0,0	5,0	1,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	5,0	0,0	

Alocação dos Recursos	8.3. Agressivo - Margem de Alocação			9.3. Agressivo - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	15,0	80,0	54,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	20,0	50,0	34,0	
Investimentos Estruturados	0,0	20,0	10,0	
Investimentos no Exterior	0,0	10,0	2,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	5,0	0,0	



**QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009**

Alocação dos Recursos	8.4. Carteira não Vinculada ao Perfil - Margem de Alocação			9.4. Carteira não Vinculada ao Perfil - Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	42,0	100,0	100,0	Limites da Resolução 3792/2009 e Anexo A da PI
Renda Variável	0,0	20,0	0,0	
Investimentos Estruturados	0,0	20,0	0,0	
Investimentos no Exterior	0,0	10,0	0,0	
Empréstimos e Financiamentos	0,0	0,0	0,0	
Imóveis	0,0	8,0	0,0	

10. OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2014 houve implementação de Perfis de Investimentos, permitindo aos participantes escolher dentre 3 carteiras com relação risco/retorno esperado distintas. As alocações foram definidas considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração desta Política de Investimento. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentações táticas de acordo com as condições de mercado, mas obedecendo às faixas de alocação permitidas para cada perfil. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar uma nova alocação alvo dentro dos limites de alocação de cada segmento e cada perfil.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Serão elegíveis os gestores de investimento que reconhecidamente operem em um ambiente de excelência em governança e controle de risco, e que ofereçam custos competitivos de acordo com os padrões do mercado. Para tal, a Entidade deverá seguir os procedimentos abaixo relacionados:

- ✓ Deverá ser feita uma prospecção no mercado sobre os gestores em questão;
- ✓ Realização de Due Diligence;





- ✓ Se reunir com a equipe de gestão para entender seus processos, conhecer seus perfis e demais aspectos pertinentes à organização, oportunidade que poderá ser visitado o local da gestão para conhecer a estrutura física, bem como os demais participantes da equipe;
- ✓ Elaborar um relatório final e submeter à Diretoria Executiva para aprovação.

Como condição de elegibilidade dos gestores de investimento, somente serão aceitos fundos que se proponham a disponibilizar a composição da carteira atualizada em período pré-acordado e/ou a qualquer momento quando solicitado pela Entidade. Todo o processo de seleção quantitativo deverá ser sempre claro e auditável; para isso é necessário que seja utilizado ferramental adequado e que se mantenha o histórico documental do processo.

RESTRIÇÕES:

- ✓ Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam patrimônio líquido menor do que R\$ 50 milhões;
- ✓ Não serão elegíveis aplicações em fundos condominiais que no momento da aplicação possuam histórico de cotas com periodicidade menor de 12 meses;
- ✓ O valor investido em fundos condominiais não deverá representar mais do que 20% do patrimônio líquido deste;
- ✓ Serão elegíveis apenas os gestores que deem acesso detalhado à composição de sua carteira para fins de cálculo de risco e enquadramento sempre que necessário.

Exceções às restrições listadas poderão ser analisadas pela Diretoria Executiva. No entanto, deverão ser justificadas e arquivadas junto ao histórico documental do processo.





12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Gerente (AETQ)

São Paulo, 21 de dezembro de 2017





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO BD

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar	Fundação Itaúsa Industrial
2. Exercício	2017
3. Ata do Conselho Deliberativo/Data Assembleia	-
4. Plano de Benefício	Plano de Benefício Definido
5. Índice de Referência do Plano	Meta Atuarial: IPCA + 4,33% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário T tecnicamente Qualificado	
6.1. Renda Fixa	Alvaro Penteado de Castro (até 17/02/2017)
6.2. Renda Variável	Walter José Trimboli (a partir de 17/02/2017)
6.3. Imóveis	
6.4. Financiamentos	
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes	(☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	99	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	1	0	
Imóveis	0	0	0	

10. OBJETIVOS DA GESTÃO

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações da Fundação, através da superação da taxa INPC + 4,33% a.a., meta atuarial do plano. Essa alocação foi definida com base em estudo de macroalocação de ativos, elaborado com o intuito de determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento, ou com base na estratégia de gestão definida para o horizonte de tempo vigente nesta política. O gestor poderá ser autorizado a praticar alocações táticas com a finalidade de superar os benchmarks definidos para o plano. Mudanças no cenário macroeconômico inevitavelmente alteram as expectativas de retorno dos ativos, bem como suas volatilidades, o que pode obrigar os administradores do plano a buscar um novo ponto de equilíbrio dentro dos limites de alocação de cada segmento.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - Consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos





analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise Legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.

Análise Quantitativa - Consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Gerente (AETQ)

São Paulo, 21 de dezembro de 2017





RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PGA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - Informações aos Participantes

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar	Fundação Itaúsa Industrial
2. Exercício	2017
3. Ata do Conselho Deliberativo/Data Assembleia	-
4. Plano de Benefício	Plano de Gestão Administrativa
5. Índice de Referência do Plano	Índice de Referência: CDI
6. AETQ - Administrador Estatutário T tecnicamente Qualificado	
6.1. Renda Fixa	Alvaro Penteado de Castro (até 17/02/2017)
6.2. Renda Variável	Walter José Trimboli (a partir de 17/02/2017)
6.3. Imóveis	
6.4. Financiamentos	
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes	(☒) Meio Eletrônico (☐) Impresso





QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação			9. Diversificação
	Lim. Inf (%)	Lim. Sup (%)	Alvo (%)	
Renda Fixa	100	100	100	Limites da Resolução 3792/2009
Renda Variável	0	0	0	
Investimentos Estruturados	0	0	0	
Investimentos no Exterior	0	0	0	
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	
Imóveis	0	0	0	

10. OBJETIVOS DA GESTÃO

Os recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade destinados à cobertura das despesas administrativas devem ser alocados em um fundo administrativo, sendo que essas despesas serão segregadas por plano com uma parcela destinada às despesas específicas de cada um. A Fundação Itaúsa Industrial acompanhará o desempenho dos investimentos e poderá realizar estudos de otimização visando à obtenção das metas de longo prazo.

11. CRITÉRIOS DE CONTRATAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO DE CARTEIRAS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

A Fundação realiza as seguintes análises:

Análise Qualitativa - Consiste na utilização de rigorosos critérios para a seleção de administradores, objetivando um relacionamento consistente e transparente em busca de melhores resultados. Os principais tópicos analisados são: Histórico da Instituição, Filosofia de Atuação, Análise Legal, Metodologias de Gestão de Risco, Conflito de Interesses e Sistemas e Processos.





Análise Quantitativa - Consiste em análises estatísticas dos fundos com objetivo de avaliação dos produtos administrados pelas Instituições.

12. OBSERVÂNCIA DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam a favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental. A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da Entidade tenham condições de cumprir as regras de investimento responsável. Como a Entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que, ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos de regras.

13. RESPONSÁVEL, LOCAL E DATA

Walter José Trimboli

Gerente (AETQ)

São Paulo, 21 de dezembro de 2017

